

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0202948-7

IMPETRANTE : JOÃO PEDRO DINIZ MONTEIRO MARQUES SILVA
PACIENTE : CARLOS ALBERTO SOUZA DA SILVA
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASUNÇÃO 104
COMARCA : RECIFE
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : MILTA MARIA PAES DE SÁ

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. QUADRILHA ARMADA (ART.288, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP). PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. PRAZOS PROCESSUAIS NÃO SÃO PEREMPTÓRIOS. FEITO COMPLEXO. PLURALIDADE DE RÉUS. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. ATRASO JUSTIFICADO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. PERICULOSIDADE DO AGENTE DEMONSTRADA. SEGREGAÇÃO QUE SE JUSTIFICA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Os prazos processuais não são peremptórios. A sua verificação deve ser feita observando-se as peculiaridades de cada caso, sob a ótica do princípio da razoabilidade. O período de 81 dias, fruto de construção doutrinária e jurisprudencial, não deve ser entendido como prazo decisivo, eis que subsiste apenas como referencial para verificação do excesso, de sorte que sua superação não implica necessariamente um constrangimento ilegal, podendo ser excedido com base em um juízo de razoabilidade.

II – In casu, trata-se de feito complexo em razão da pluralidade réus(dezesseis, ao todo) e da necessidade de expedição de cartas precatórias para outro Estado, o que justifica o retardo no andamento da instrução criminal.

III - Condições pessoais favoráveis do agente não são aptas a revogar a prisão preventiva, se esta encontra respaldo em outros elementos dos autos.

IV –Ordem denegada à unanimidade de votos.

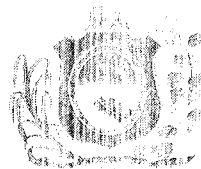
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0202948-7**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 02 de Dezembro de 2009.

Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator

M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0202948-7

105

IMPETRANTE : JOÃO PEDRO DINIZ MONTEIRO MARQUES SILVA
PACIENTE : CARLOS ALBERTO SOUZA DA SILVA
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
COMARCA : RECIFE
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : MILTA MAPIA PAES DE SÁ

RELATÓRIO

O presente *Habeas Corpus* foi impetrado por João Pedro Diniz Monteiro Marques Silva, advogado, em favor de **CARLOS ALBERTO SOUZA DA SILVA**, qualificado às fls.02 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 6ª Vara Criminal da Capital, relativamente ao processo nº 001.2008.041783-4.

O impetrante alega, em síntese, o seguinte: o paciente encontra-se preso preventivamente desde o dia 15/07/2009, acusado pela suposta prática do delito tipificado no artigo 288, parágrafo único, do Código Penal; até o momento, nenhum ato de instrução foi praticado, a não ser o cumprimento de despacho exarado pelo magistrado a quo para a apresentação da Defesa Preliminar; o paciente é réu primário, não possui antecedentes criminais, tem residência fixa, ocupação lícita e boa reputação na comunidade em que reside, não sendo necessária a manutenção da segregação cautelar; está configurado o constrangimento ilegal por excesso de prazo, uma vez que o paciente encontra-se preso há mais de 04(quatro) meses. Por fim, requer a concessão da ordem em seu favor.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 12/31.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

106

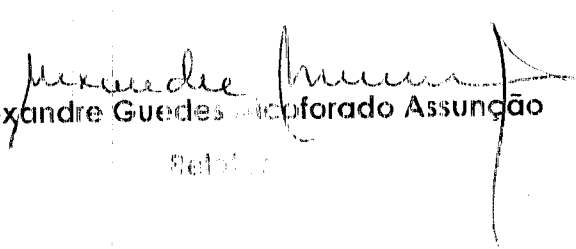
Por meio da decisão de fls. 40/41, foi indeferido o pleito liminar.

A autoridade apontada como coatora prestou informações sobre os fatos alegados no presente writ nas fls. 45/46.

A Procuradoria Criminal, pela Procuradora de Justiça, Milta Maria Paes de Sá, ofertou parecer às fls. 48/73, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 12 de Dezembro de 2009.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Relatório



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

107

HABEAS CORPUS Nº 0202948-7

IMPETRANTE : JOÃO PEDRO DINIZ MONTEIRO MARQUES SILVA
PACIENTE : CARLOS ALBERTO SOUZA DA SILVA
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
COMARCA : RECIFE
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : MILTA MARIA PAES DE SÁ

VOTO

O presente *Habeas Corpus* foi impetrado por João Pedro Diniz Monteiro Marques Silva, advogado, em favor de **CARLOS ALBERTO SOUZA DA SILVA**, relativamente ao processo nº 001.2008.041783-4, a que responde na 6ª Vara Criminal da Capital, pela prática do delito previsto no artigo 288, parágrafo único, do CP¹.

O impetrante alega estar configurado o excesso de prazo em razão do tempo em que o paciente se encontra preso – desde 15/07/2009, há mais de 04(quatro) meses, portanto, sem que a instrução criminal tenha chegado ao fim. Argumenta que o paciente é réu primário, tem endereço fixo, ocupação definida e goza de boa reputação na comunidade em que vive, não havendo sequer indícios de que sua liberdade ofereça risco à ordem pública ou ao desenvolvimento da instrução criminal.

¹ CP

Quadrilha ou bando

Art. 288 - Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:

Pena - reclusão, de um a três anos.

Parágrafo único - A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

108

Pois bem.

As informações prestadas pela autoridade apontada como coatora esclarecem que o paciente foi denunciado juntamente com outros 15(quinze) elementos como incurso nas penas do art.288, parágrafo único, do CP, sob a acusação de integrar uma quadrilha de criminosos de extrema periculosidade, possuidores de armamentos pesados utilizados para a prática de assaltos em série a bancos e carros fortes, em todo o Estado de Pernambuco. O grupo contaria ainda com integrantes do PCC-Primeiro Comando da Capital, o mesmo que age nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, além de integrantes de quadrilhas que atuam no sertão deste Estado e de outros Estados da Federação, praticando roubos, assaltos, homicídios, extorsão e tráfico de armas e drogas.

A respeito do paciente Carlos Alberto Souza da Silva, vulgo "Betinho", a denúncia(fls.55) esclarece que

Possui estreita ligação com os demais integrantes da quadrilha, e em algumas conversas interceptadas se ofereceu para participar em algumas "paradas" que seriam executadas pelo bando, tendo conhecimento, com riqueza de detalhes, dos crimes praticados pelos co-denunciados "Gordo de Alagoas", "Treme", "Xande", "Maike", "Marcelo" e "Mago José", atuando também como informante de um policial militar.

A periculosidade do paciente ficou, portanto, evidenciada, de modo que não há dúvidas de que sua liberdade poderia acarretar sério risco à ordem pública e ao andamento da instrução criminal. Encontram-se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

109

presentes, portanto, os requisitos autorizadores da segregação cautelar, previstos no art.312 do CPP.

Quanto ao argumento de excesso de prazo, deve ser levado em consideração que os prazos processuais não são peremptórios. A sua verificação deve ser feita observando-se as peculiaridades de cada caso, sob a ótica do princípio da razoabilidade. O período de 81 dias, fruto de construção doutrinária e jurisprudencial, não deve ser entendido como prazo decisivo, eis que subsiste apenas como referencial para verificação do excesso, de sorte que sua superação não implica necessariamente um constrangimento ilegal, podendo ser excedido com base em um juízo de razoabilidade².

In casu, trata-se de feito complexo em razão da pluralidade réus(dezesseis, ao todo) e da necessidade de expedição de cartas precatórias para outro Estado, o que justifica o retardo no andamento da instrução criminal. Outrossim, as alegadas condições pessoais favoráveis do paciente, por si sós, não garantem a revogação da medida preventiva.

Nesse diapasão, colaciono julgado do Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. EXCESSO DE PRAZO QUE NÃO É EXACERBADO, TAMPOUCO, INJUSTIFICADO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA.

² STJ, HC 139.630/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 29/09/2009, DJe 03/11/2009

M
5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

110

1. Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual a jurisprudência uníssona os tem mitigado, à luz do Princípio da Razoabilidade. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.
2. Na hipótese, ressalto que a prisão data de 21/04/2009 e, pelo que se verifica das informações obtidas junto à Corte de origem, o feito apresenta regular processamento, tendo em vista as peculiaridades do caso, que apresenta pluralidade de réus e necessidade de expedição de cartas precatórias, não se constatando o apontado constrangimento ilegal.
3. A manutenção da custódia preventiva encontra-se suficientemente fundamentada, em face das circunstâncias do caso que, pelas características delineadas, retratam, in concreto, a periculosidade do agente, a indicar a necessidade de sua segregação para a garantia da ordem pública, em se considerando, sobretudo, o modus operandi do delito e a existência de fortes indicativos de que a atividade criminosa era reiterada, o que demonstra, com clareza, a perniciosidade da ação ao meio social.
4. Condições pessoais favoráveis do agente não são aptas a revogar a prisão preventiva, se esta encontra respaldo em outros elementos dos autos.
5. Ordem denegada, com recomendação de urgência na conclusão do feito.
(STJ, HC 145.038/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 29/10/2009, DJe 30/11/2009)

Não há que se falar, portanto, em desídia do magistrado a quo na condução do processo, que, levando-se em conta suas peculiaridades já mencionadas, vem tramitando dentro da normalidade.

Demais disso, as informações prestadas pela autoridade apontada como coatora esclarecem que a audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 18/12/2009.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

111

Assim, estando a audiência de instrução e julgamento marcada para este mês, é prudente a manutenção da segregação até a sua realização. Nesse sentido já decidiu este Tribunal:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ESTATUTO DO DESARMAMENTO. OCULTAÇÃO DE ARMA DE FOGO. EXCESSO DE PRAZO INJUSTIFICADO. NÃO OCORRÊNCIA. FEITO COM TRÂMITE REGULAR. AUDIÊNCIA INSTRUTÓRIA DESIGNADA PARA BREVE. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO. PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A PREVENTIVA. INEXISTÊNCIA DE COAÇÃO ILEGAL. ORDEM DENEGADA DE FORMA UNÍSSONA. 1-Tomando o feito trâmite regular, após breve morosidade no seu andamento, cessa possível coação ilegal existente. Por outro lado, como a audiência instrutória está designada para ter lugar em 13/05/2009, é prudente manter a segregação do paciente até a sua realização. 2-também não cabe liberdade provisória com ou sem fiança quando estiverem presentes os motivos autorizadores da decretação da preventiva, que visa resguardar a ordem pública, dada a comprovada periculosidade o agente, e para assegurar a aplicação da lei penal, em face do seu anterior desaparecimento do distrito da culpa. 3-Ordem denegada. Decisão unânime.
(TJPE, Habeas Corpus nº 183116-1, 3ª Câmara Criminal, Relator Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio, julgamento em 13/05/2009)

Isso posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 02 de Dezembro de 2009.

Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Relator